

O PAPEL DO ESTADO NA PROMOÇÃO DA SEGREGAÇÃO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Ivan Zanatta Kawahara
UFF
iv.zanatta@gmail.com

O Estado como instrumento de classe

O Estado burguês é responsável pela garantia do direito de propriedade privada dos meios de produção, além de tornar a cidade adequada em todos os aspectos para a acumulação de capital; é o veículo de dominação da classe trabalhadora, pelo qual o capitalista busca o enriquecimento e benefício próprio, é a ferramenta essencial das estratégias de classe.

O Estado é o produto da sociedade num estágio específico do seu desenvolvimento; é o reconhecimento de que essa sociedade se envolveu numa autocontradição insolúvel, e está rachada em antagonismos inconciliáveis incapazes de ser exorcizados. No entanto para que esses antagonismos não destruam as classes com interesses econômicos conflitantes e a sociedade, um poder, aparentemente situado acima da sociedade, tornou-se necessário para moderar o conflito e mantê-lo nos limites da “ordem”; e esse poder, nascido da sociedade, mas se colocando acima dela e, progressivamente, alienando-se dela, é o Estado. [...] é, normalmente, o Estado da classe economicamente dirigente, que, por seus recursos, torna-se também a classe politicamente dirigente, e, assim, obtém novos meios de controlar e explorar as classes oprimidas. O Estado antigo era, antes de mais nada, o Estado dos senhores de escravos para controlar os escravos, assim como o Estado feudal era o órgão da nobreza para oprimir os servos e camponeses, e o Estado representativo moderno é o instrumento para explorar a mão de obra assalariada pelo capital. (ENGELS, 1941 *apud* HARVEY, 2005: 79 e 80)

É importante entendermos como a segregação é lógica e coerente como estratégia de classe dos detentores dos meios de produção. É proposital e construída pela elite urbana que quer se apropriar dos investimentos públicos e para isso precisa de uma área exclusiva a ser favorecida pelo Estado e ao mesmo tempo quer garantir a reprodução das classes dentro das próprias classes. É preciso fazer com que as classes diferentes não se misturem, não se conheçam, não se afetem e não se afeiçoem. “Os núcleos segregados são a manifestação da presença das classes sociais ao nível do solo urbano e das construções”. (MEYER, 1978: 165)

A segregação urbana é uma das faces mais importantes da exclusão social. Ela não é um simples reflexo mas também motor indutor da desigualdade. À dificuldade de acesso aos serviços e infraestrutura urbanos somam-se menores oportunidades de emprego, menores

oportunidades de profissionalização, maior exposição à violência, discriminação racial, discriminação de gênero e idade, difícil acesso à justiça oficial, difícil acesso ao lazer. A lista é interminável. (MARICATO: 1)

Muitos discursos apresentam o processo de segregação como algo decorrente exclusivamente do mercado de terras, que garante os maiores preços para as áreas mais bem equipadas e por consequência a restrição do acesso à classe trabalhadora e da especulação que reserva as terras garantindo para os empreendedores o bom balanço da lei da oferta e da procura e ao mesmo tempo gerando renda através de um processo de valorização que não exige nenhum trabalho ou produção por parte do proprietário. É claro que essas são partes importantes nesse processo, mas esse conceito isolado não nos permite entender como a segregação espacial entre as classes é intencional e planejada em função da manutenção do “*status quo*”.

A segregação urbana como política de dominação

“O espaço não é um ‘reflexo da sociedade’ ele é a sociedade” (CASTELLS, 1983 apud SOJA, 1993: 89), e vai apresentar a estrutura e as contradições da organização social de cada época. O espaço urbano capitalista, dessa forma, reproduz a dominação, ou seja, ele é destinado a cumprir funções específicas que variam segundo a necessidade da classe dominante. Ao mesmo tempo apresenta as contradições impostas pelo conflito da sociedade de classes. Essas contradições, por sua vez, geram espaços de resistências que não de ser combatidos de tempos em tempos quando o sistema econômico exige novas estruturas que negam esses espaços, ou quando a classe dominante tem condições de segregar arbitrariamente exercendo sua hegemonia sobre o espaço.

É consensual o problema gerado pelo suposto crescimento desordenado da cidade, com descontinuidades no tecido urbano e uma gigantesca situação de informalidade da terra (cerca de metade da população do Rio de Janeiro segundo Ermínia Maricato (1999: p.8)), porém as políticas públicas de habitação para a classe trabalhadora em diversos momentos foram indutoras desse processo. No final do século XIX o estado já financiava a construção de avenidas higiênicas¹ em áreas periféricas; no governo Passos a gigantesca remoção promovida pela reforma

¹ Casas coletivas que abrigam trabalhadores, próximo às estalagens, mas com exigência de alguns padrões de higiene.

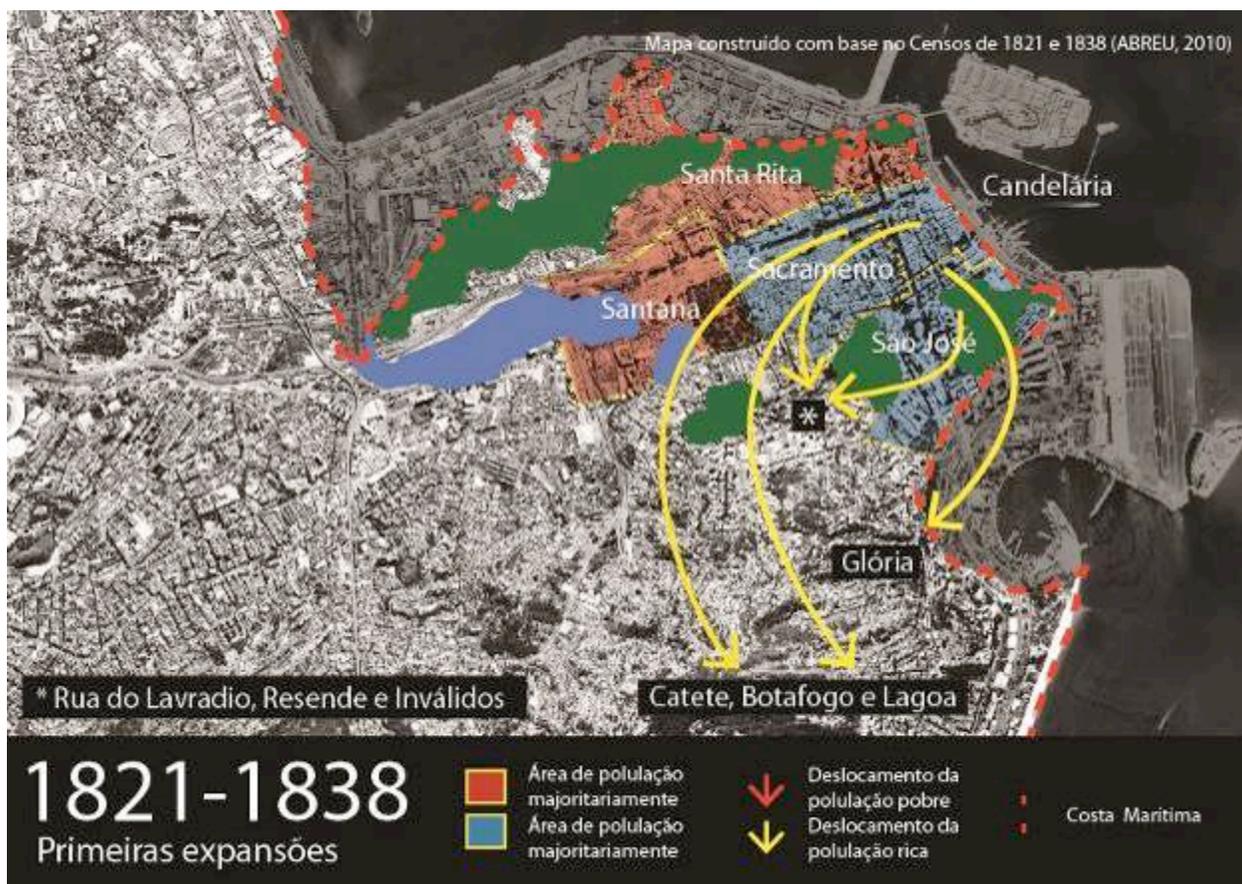
teve como vetor de expansão as linhas ferroviárias; na década de 30 com Vargas, houve diversos incentivos para quem construísse de forma salubre no subúrbio; durante a Ditadura Militar foi promovido um sem número de remoções em áreas de favelas, amenizada pela construção de habitações em áreas completamente descoladas do tecido urbano; na década de 70 é proibida a construção de novas unidades habitacionais no Centro do Rio de Janeiro, o que perdura até meados da década de 90 e nos últimos 6 anos, no Governo do Eduardo Paes, o número de remoções em áreas infraestruturadas, tanto formais como informais, supera o de todas as gestões anteriores e a construção de habitações se dá em áreas ainda mais distantes do que os conjuntos construídos pela política do Banco Nacional de Habitação (BNH) da Ditadura Militar.

Algo em comum entre essas intervenções é que elas atingem quase que exclusivamente os trabalhadores e exigem investimentos pesados. Entender o inchaço da cidade e a segregação espacial dos pobres do Rio de Janeiro como fruto de uma desordem, é ignorar o protagonismo do Estado como instrumento da classe promotora da segregação.

Depois de 1848, solidamente assentada sobre a cidade (Paris), a burguesia francesa possui aí os meios de ação, bancos do Estado e não apenas residências. Ora ela se vê cercada pela classe operária. Os camponeses afluem, instalam-se ao redor das “barreiras”, das portas, na periferia imediata. Antigos operários (nas profissões artesanais) e novos proletários penetram até o próprio âmago da cidade; moram em pardieiros, mas também em casas alugadas onde as pessoas abastadas ocupam os andares inferiores e operários, os andares superiores. Nessa ‘desordem’, os operários ameaçam os novos ricos, perigo que se torna evidente nas jornadas de junho de 1948 e que a Comuna confirmará. Elabora-se então uma estratégia de classe que visa o remanejamento da cidade, sem relação com a sua realidade, com sua vida própria. [...] No transcorrer do século XIX, a democracia de origem camponesa, cuja ideologia animou os revolucionários, poderia ter se transformado em democracia urbana, esse foi e é ainda para a história um dos sentidos da Comuna. Como a democracia urbana ameaçava os privilégios da nova classe dominante, esta impediu que a democracia nascesse. Como? Expulsando do centro urbano e da própria cidade o proletariado, destruindo a ‘urbanidade’. (LEFEBVRE, 2001: 15)

O Estado burguês é responsável pela garantia do direito de apropriação privada dos meios de produção, além de tornar a cidade adequada em todos os aspectos para a acumulação de capital. É o veículo de dominação da classe trabalhadora. A cidade vai ser então planejada para reproduzir essa dominação. Aos pobres é negada a cidade e toda forma de acesso aos meios próprios de produção. É a segregação urbana como causa e consequência da dominação de classe.

A autosegregação da elite urbana



Em 1821, a área urbana do Rio de Janeiro se restringia às freguesias de São José, Sacramento, Santa Rita e Santana que correspondem ao que são hoje, o Centro e parte da zona portuária. Cercado pelos morros do Senado, de Santo Antônio e pelo saco de São Diogo, com pouco poder de mobilidade; a cidade tinha dificuldades para se expandir e tornava-se cada vez mais congestionada. A aristocracia urbana que habitava preferencialmente as freguesias de São José, da Candelária e do Sacramento, que abrigavam as funções administrativas da cidade, começa a aproveitar do seu exclusivo poder de mobilidade e inicia um processo de ocupação das freguesias rurais mais próximas. As fazendas passam a ser retalhadas em chácaras e, o que a princípio eram casas de fim de semana, rapidamente começam a se tornar permanentes. Nesse momento as freguesias preferidas dessa classe eram onde hoje se localizam os bairros da Glória, Botafogo e Catete, aproveitando o clima ameno das praias do sul e a instalação da Rainha Carlota em Botafogo. (ABREU, 2010: 37)

Enquanto isso, a população pobre, sem possibilidade de mobilidade, continuava a se amontoar nas freguesias de Santa Rita e Santana, especialmente onde ficam hoje os bairros da Saúde, Santo Cristo e Gamboa. (ABREU, 2010: 37)



FIG. 18. Cidade Nova em 1840



FIG. 19. Cidade Nova em 1850



FIG. 20. Cidade Nova em 1860

Em 1834, o adensamento dos atuais bairros da Glória, Catete e Laranjeiras, tanto de população originária das freguesias urbanas, quanto da que migrou de Portugal, justificou a criação da freguesia da Glória. Com a instalação da família real na Quinta do Caju, a Câmara manda aterrar parte do saco de São Diogo, e São Cristóvão passa a ser um vetor de expansão, justificando uma linha no surgimento dos primeiros ônibus de tração animal em 1838. Esse é só um exemplo de como o Estado foi importante para a expansão da cidade e para possibilitar a autosegregação da aristocracia urbana. (ABREU, 2010: 37)

Em 1850, o processo de expansão acelera, especialmente em direção à Lagoa. Em São Cristóvão, também se acelera o processo de crescimento, com a decisão da Câmara de intensificar o aterramento do saco de São Diogo, onde posteriormente é criada a Cidade Nova que inclui também os atuais bairros do Estácio, Catumbi e parte do Rio Comprido. Em 1856, é criada a freguesia de São Cristóvão. O processo de aterramento do Saco de São Diogo também facilita a ocupação do atual bairro do Estácio, e justifica a criação da freguesia de Santo Antônio que abrange os bairros do Estácio, Catumbi, Santa Teresa, parte da Lapa e da Cruz Vermelha. (ABREU, 2010: 37)

Os cortiços também já se apresentavam como solução de moradia para a população pobre. Em 1850, o adensamento dos cortiços já se apresentava como um problema, e passaria a se intensificar com a abolição do tráfico de escravos e a lei de terras que expulsa os pobres do campo de forma violenta. A população pobre já começava a ocupar também as freguesias do Centro onde havia predominância da população rica; em 1968 as freguesias de São José, Santo Antônio, Glória e Espírito Santo, já apresentavam um número considerável de moradores de cortiço que, sem poder de mobilidade, só poderiam ocupar mesmo o Centro ou a periferia imediata. (ABREU, 2010: 42)

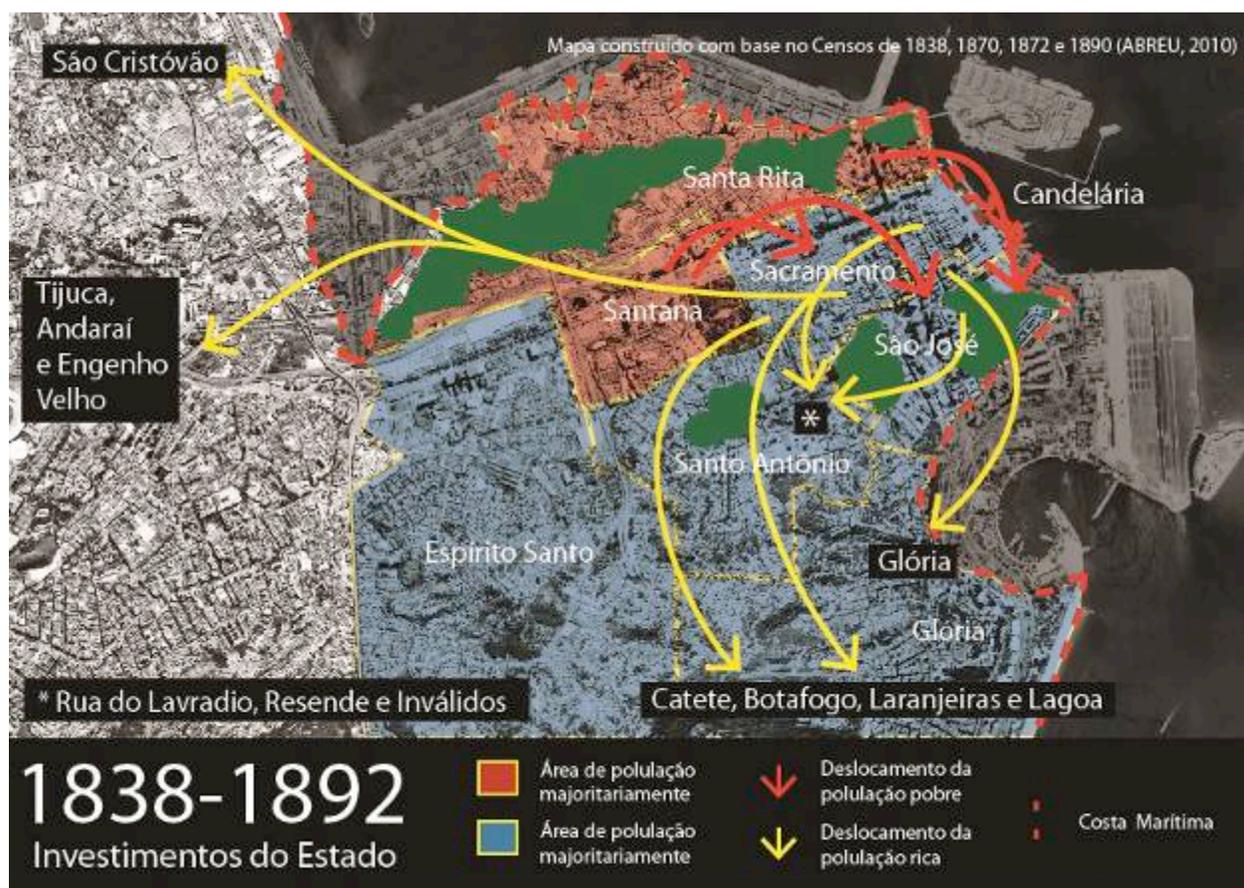
A ocupação da Cidade Nova foi tão intensa que em 1865 foi criada a freguesia do Espírito Santo ocupando os bairros do Catumbi, Estácio, rio Comprido e parte de Santa Teresa, desmembrados das freguesias de Santo Antônio, Engenho Velho e São Cristóvão. (ABREU, 2010: 39)

A década de 1870 é marcada pelo desenvolvimento do transporte, porém o acesso ainda era restrito, sendo assim responsável a primeiro momento pela intensificação da ocupação das freguesias mais distantes pela população rica, mas também gerando novas ocupações com acordos entre empresários do transporte e loteadores, como é o caso de Vila Isabel em 1872, recebendo uma linha de bonde. (ABREU, 2010: 43)

Na década de 1880, começa um tímido processo de modernização da cidade, a proximidade ao porto e a qualidade dos serviços de infraestrutura de São Cristóvão, que eram os melhores da cidade devido à localização da família real desde a década de 1820, tornam o local preferido à locação de indústrias trazendo profundas transformações na área. (ABREU, 2010: 45)

A ideologia da moradia à beira-mar intensifica a expansão para a zona sul, em 1890 é autorizada a extensão dos trilhos para Copacabana que ainda era pouquíssimo ocupado. (ABREU, 2010: 47)

Apesar da notável evolução dos meios de transporte, o Centro do Rio continuava a adensar e continua até a administração de Passos. A exceção é a Candelária que era o centro administrativo e de negócios de fato. Em Santana e Santo Antônio, se localizavam as manufaturas e a população pobre se aglomerava em cortiços. Em Santa Rita, localizavam-se casas comerciais, trapiches e estaleiros. Enfim os empregos de fato de concentravam na área central, e a presença da população pobre na área mais servida e valorizada da cidade incomodava a aristocracia e o poder público. (ABREU, 2010: 49)



A expulsão deliberada dos pobres do Centro

É a partir de 1893 que a setor público vai começar a intervir de fato na organização sócio espacial da cidade. Como nada era mais contraditório do que a ocupação da população pobre na área central valorizada, esse era um problema a ser resolvido e o Estado age promovendo uma violenta expulsão dos pobres do Centro do Rio. O Estado intensifica aí o seu papel na estratificação social, dessa vez não apenas favorecendo a aristocracia, mas reprimindo de forma violenta a classe trabalhadora. Nesse contexto, Barata Ribeiro promove uma verdadeira guerra aos cortiços. (ABREU, 2010: 50)

Para tal expulsão, as estradas de ferro desempenham papel importantíssimo. Já havia sido inaugurada em 1858 a Dom Pedro II, atual Central do Brasil, a estrada de ferro do Rio do Ouro em 1883 e a Estrada do Norte, futura Leopoldina. Em 1893, é construída a Linha Auxiliar da Central do Brasil. As estradas de ferro já caracterizavam um importante vetor de expansão. Em 1896, segundo Abreu (2010: 50), o serviço de trem já era sobrecarregado devido à ocupação às suas margens, enfim, era a estrutura essencial para promover a expulsão da classe trabalhadora do Centro e mantê-los servindo ao capital.

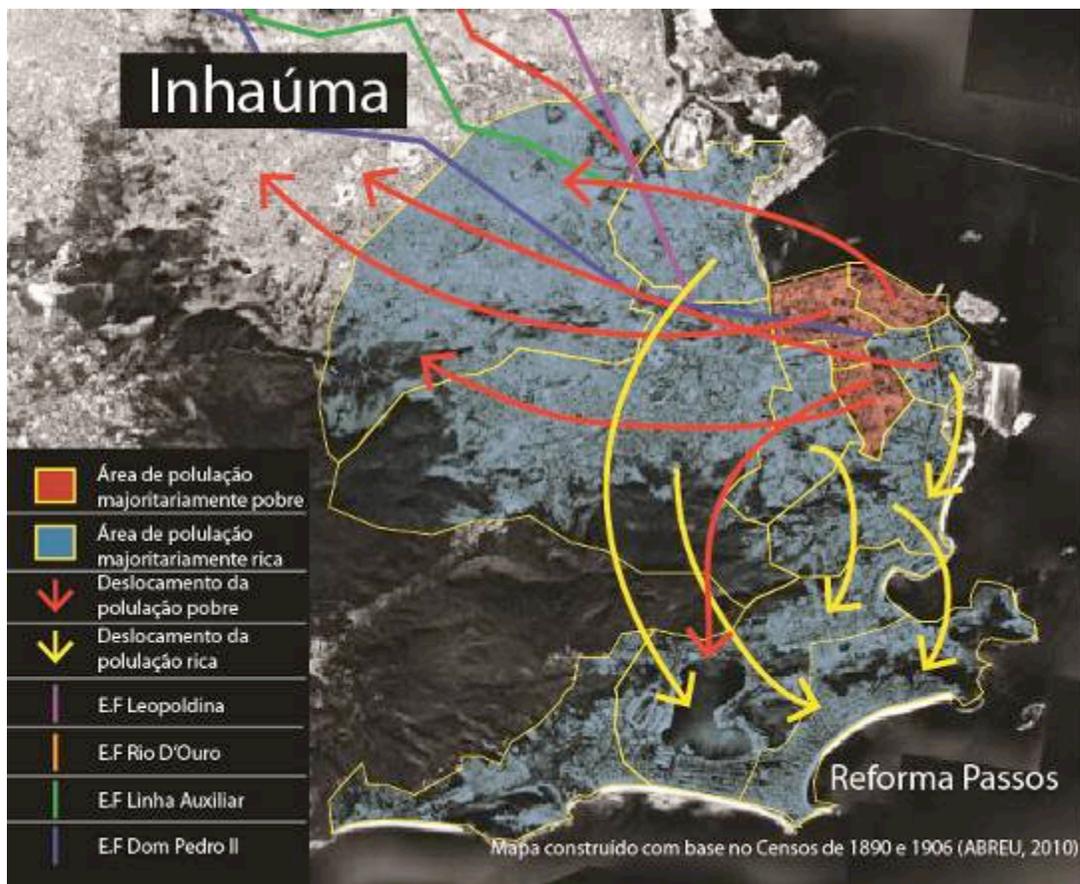
Em 1902, Pereira Passos é nomeado o prefeito e prioriza a eliminação do caráter colonial da cidade. Para tanto, empreende um processo modernização que exige substituição das estreitas ruas coloniais por largas avenidas e dos cortiços e pardieiros por prédios que apresentem a exuberância da cidade moderna. A prefeitura monta uma estratégia que busca de uma vez resolver a abertura das vias e extinguir os cortiços. As desapropriações para as obras aconteciam preferencialmente em bairros operários. Segundo Abreu (2010) é possível notar que a prefeitura desapropriava prédios além dos necessários. Visava com isso à venda dos terrenos remanescentes e agora valorizados, cobrindo grande parte dos custos e viabilizando obras futuras. Mas com certeza a maior intervenção na forma urbana foi a abertura da Avenida Central, inaugurada em 1905, onde segundo Abreu (2010: 63) foram demolidas duas ou três mil casas, muitas com famílias numerosas. Nesse momento é arrasado também o morro do Senado.

Apesar de todas as expansões promovidas durante todo o século XIX e a perseguição aos cortiços promovida por Barata Ribeiro o Centro até esse momento apresenta notável crescimento populacional. A gestão de Passos marca a inversão desse quadro e sem nenhum suporte para a construção de novas habitações. O proletário tinha como opções pagar altos alugueis, coabitar

com outras famílias ou o subúrbio ferroviário. O forçado e violento ataque aos cortiços se mostra tão superficial como política que seu efeito é a repetição da mesma contradição apresentada em outra forma. A população proletária passa a ocupar os ainda pouco povoados morros do mesmo Centro que foram expulsos, se destacando a Providência, São Carlos e Santo Antônio. No entanto “nem todos que eram expulsos dos cortiços ou chegavam à cidade localizavam-se nas favelas. A grande maioria, ao que parece, instalou-se nos subúrbios contribuindo assim para a sua ocupação efetiva”. (ABREU, 2010: 66)

Com os sucessivos aumentos do preço da terra no Centro, as indústrias que aí se instalavam preferencialmente, passaram a ocupar os bairros ferroviários, dotando-os de infraestrutura. Esse fato acelera a aglomeração dos pobres nessas regiões, onde começam a aparecer próximo às fábricas, novas favelas.

É importante lembrar que paralelo ao processo de expulsão há um enorme contingente populacional que passa a ocupar o município. Este apresenta um crescimento populacional de 1890 a 1906 de 522.591 para 805.335.



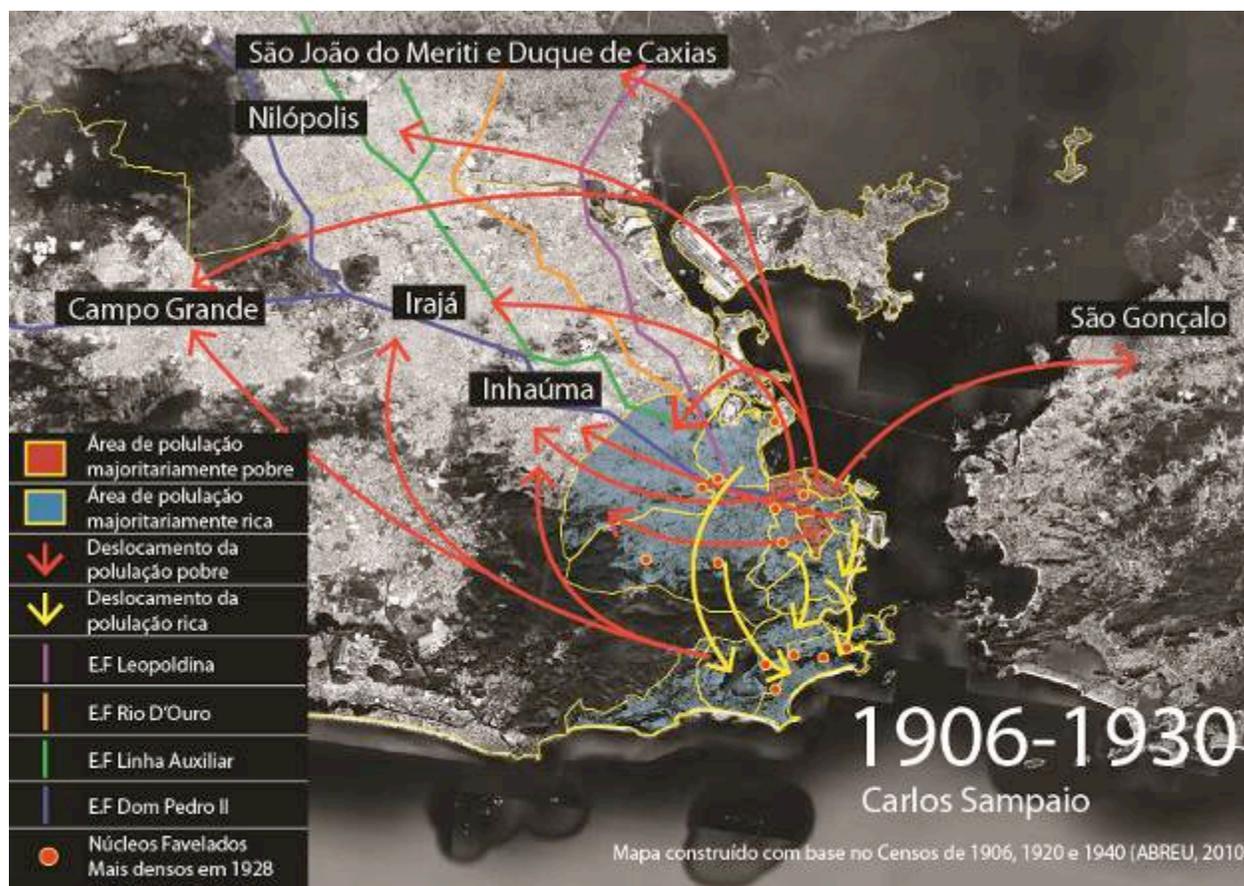
1892-1906

Em 1920 o período Carlos Sampaio também é marcado com uma série de investimentos no Centro, continuando a expulsão da população pobre. Nesse sentido, empreende a demolição do Morro do Castelo e do bairro da misericórdia, que ficava aos pés do morro e que eram ocupados majoritariamente pela população pobre e ficava às margens da Avenida Rio Branco, o interesse na área era mais que óbvio. (ABREU, 2010: 76)

A lagoa Rodrigo de Freitas que era uma área operária e passava então a ser ocupada por ricos, já que era o único vetor de expansão da zona sul, depois da ocupação do Leblon e Ipanema. (ABREU, 2010: 77)

O destino da população pobre continua sendo as margens da linha de trem.

O período de 1906 a 1930 é marcado pela extensão efetiva do perímetro urbano para os municípios da baixada fluminense. Apesar de já existirem a mais tempo, estações nos atuais municípios de São João do Meriti, Nilópolis e Duque de Caxias, a ocupação urbana passa a acontecer a partir desse momento. (ABREU, 2010: 81)



Em 1930 a cidade já se encontrava bastante estratificada, isto é, classes altas predominantes na “nova” zona sul; classes médias na antiga zona sul e na zona norte; e classes pobres no subúrbio. (ABREU, 2012: 94)

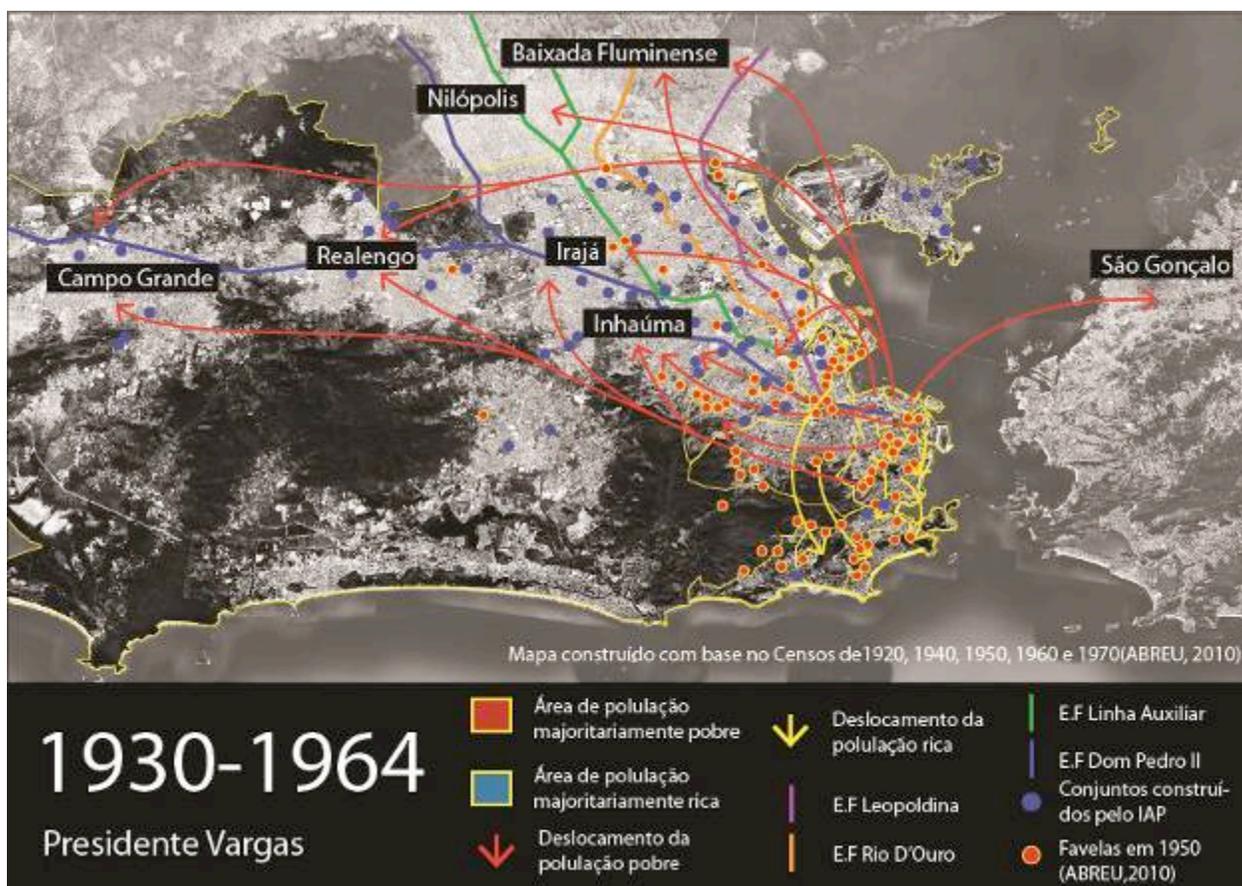
Em 1930 o crescimento tentacular em torno das vias de transporte marca o desenvolvimento da mancha urbana do Rio de Janeiro, com isso, a população mais pobre passava a ter que abrigar os subúrbios mais distantes, muitas vezes fora do distrito federal. Esse crescimento não foi acompanhado pela equivalente melhoria dos transportes de massa, as indústrias e serviços ainda se concentravam na área central do Rio de Janeiro, o que leva a população pobre a ter que fazer grandes deslocamentos. Com o trem cada vez mais superlotado, torna-se cada vez mais interessante ocupar as favelas principalmente as próximas a área central, mas também as do subúrbio, às margens da linha do trem. (ABREU, 2012: 94 e 95)

No período de 30 a 50 a população cresce de 1.400.000 pessoas para 2.500.000 pessoas. Nesse mesmo período o número de estabelecimentos industriais passa de 1.509 para 5.243. Essas

indústrias devido ao preço da terra e disponibilidade da mão de obra passam a se instalar nos subúrbios descentralizando as fontes de emprego e com ela as favelas.

Os controles urbanísticos nessa época eram bastante rígidos, porém vários fatores influenciaram a proliferação das favelas, entre eles, o grande fluxo migratório que comprometia qualquer forma de coerção por parte do Estado, o barateamento da mão de obra resultante desse tipo de ocupação e o pouco interesse nessas áreas por parte dos agentes imobiliários. (ABREU, 2010: 95) O que não impede a demolição do morro de Santo Antônio em 1950.

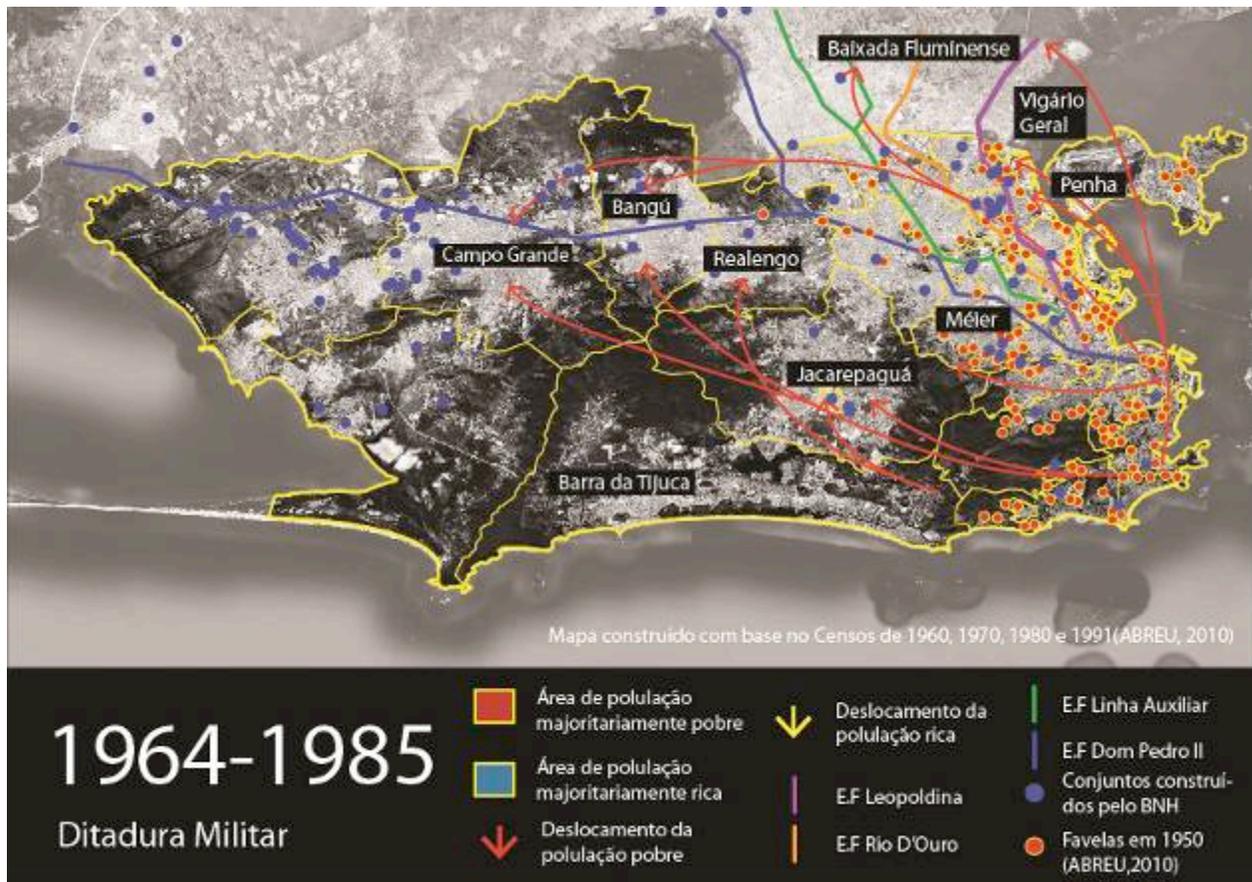
O congelamento dos aluguéis e a consequente queda da oferta de habitação também foram responsáveis pela crise habitacional e aprofundamento da estratificação entre as classes. Junto a isso a ideologia disseminada da habitação autoconstruída nos subúrbios para a população pobre e a própria construção dos conjuntos dos IAPs apontam para os subúrbios como área de expansão da moradia da classe trabalhadora.



A Ditadura militar que acontece de 1964 a 1985, promove um violento combate à favela. Para tanto, os ditadores se apoiavam na construção de grandes conjuntos habitacionais que abrigariam as famílias removidas. Como vimos: a política de construção dos conjuntos habitacionais, não foi acompanhada por uma política de terras, logo, a construção dos conjuntos só se viabilizava em locais muito distantes, onde os terrenos eram menos valorizados.

No auge da ditadura militar, o Governo Federal criou um órgão chamado Coordenação da Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio (Chisam), que tinha como objetivo principal acabar com todas as favelas da cidade num prazo máximo de dez anos. De 1968 até 75, cerca de 100 comunidades foram destruídas e mais de 150 mil pessoas removidas [...] Pelo menos cinco grandes comunidades da Zona Sul e da Grande Tijuca foram destruídas nos anos 60 e início dos 70: além da Praia do Pinto (no Leblon), as favelas da Catacumba (na Lagoa), Macedo Sobrinho (no Humaitá), Pasmado (em Copacabana) e Esqueleto (na Tijuca) (leia a matéria “Três Casos”). Juntas, elas abrigavam cerca de 40 mil pessoas. Grande parte dos moradores removidos foram transferidos para conjuntos habitacionais recém construídos na Zona Oeste. “A Cidade de Deus era muito isolada, não tinha infra-estrutura nenhuma para receber os moradores removidos”, admite Artur Rios². (MONTEIRO, 2003)

² Sociólogo José Artur Rios, Coordenador de Serviço Social do governo Carlos Lacerda e autor de um dos primeiros estudos sobre favelas, nos anos 60.



O processo de remoções no Rio de Janeiro após a Ditadura militar volta a tomar mais importância no cenário das intervenções no processo de construção dos jogos Pan-Americanos de 2007. Essa é a nova forma que direciona os discursos e as intervenções na cidade do Rio de Janeiro, eles perdem o caráter da erradicação como nos casos da guerra aos cortiços e da perseguição às favelas promovida pela Ditadura militar. Agora a pauta é a atração de investimentos privados, o projeto de uma verdadeira cidade empresa. Nesse sentido, os jogos vêm trazer visibilidade ao Rio de Janeiro e ao mesmo tempo trazer investimentos capazes de viabilizar uma nova e profunda transformação no espaço urbano carioca. Na realidade a realização do Pan-Americano tinha o papel primordial de provar ao resto do mundo que o Rio de Janeiro é capaz de promover algo muito maior, no caso os jogos olímpicos. Porém nesse primeiro instante já tivemos uma prova do que estava por vir.

É significativo que as instalações esportivas foram (ou já estavam) repassadas ao domínio da iniciativa privada. Desta forma, os gastos estatais não somente criaram condições de infraestrutura para a reprodução do capital, como também oportunizaram a transferência

direta de recursos e patrimônios públicos para a órbita privada. As exceções são: Complexos do Maracanã (com privatização prevista), de Deodoro e Miécimo da Silva, cujas administrações pertencem, respectivamente ao Estado do Rio de Janeiro, União e Prefeitura.

Já as instalações não-esportivas também ficaram sob a administração privada, ou seja, todos os recursos públicos empregados neste conjunto de equipamentos urbanos para a realização do megaevento foram incorporados aos bens de usufruto particular. A única exceção são os aeroportos, por enquanto, pois o Governo Federal já iniciou o processo de privatização. Portanto, a participação estatal na criação de infraestrutura para o Pan/2007, especialmente as instalações esportivas, objetivou criar condições de favorecimento à lucratividade do capital privado³.

Em relação a organização sócio espacial, é notável como os equipamentos do Pan, priorizaram terrenos ainda ocupados por população pobre em áreas nobres da cidade, como é o caso do Canal do Anil na Barra da Tijuca que foi violentamente atacada.

Numa ação organizada sigilosamente, pegando as famílias de surpresa, quatro casas foram integralmente demolidas e mais quatro foram demolidas parcialmente até com mobília e moradores dentro. Na quinta-feira, 2, houve protesto dos moradores e movimento sociais, resultando em mais confronto com a Guarda Municipal. As remoções estão sendo feitas sem acompanhamento da justiça, sem a existência de mandados judiciais e sem laudos técnicos da Defesa Civil⁴.

Após muitos embates e resistência, a comunidade não foi completamente removida, mas sofre ameaças novamente no mandato de Eduardo Paes. Assim como a Vila Autódromo que também resistiu às investidas de César Maia, todas as comunidades onde se atribui foco de resistência são novamente atacadas pelo Estado agora com o mote das olimpíadas.

Com as mesmas motivações que César Maia, mas agora com a Copa do Mundo e as Olimpíadas para realizar, o prefeito Eduardo Paes empreende uma operação sócio espacial jamais vista, mesmo nas gestões de Pereira Passos e Carlos Lacerda. O número de remoções é bastante superior, segundo a SMH (*apud* FAULHABER, 2012: 38) chega a 37.000 e se localizam quase que exclusivamente nas áreas onde há maiores investimentos, os chamados “Clusters Olímpicos” e nos corredores viários. Tal qual na Ditadura militar o processo de remoções se apoia num outro programa que visa a construção de habitações para baixa renda e sacramenta a segregação: o

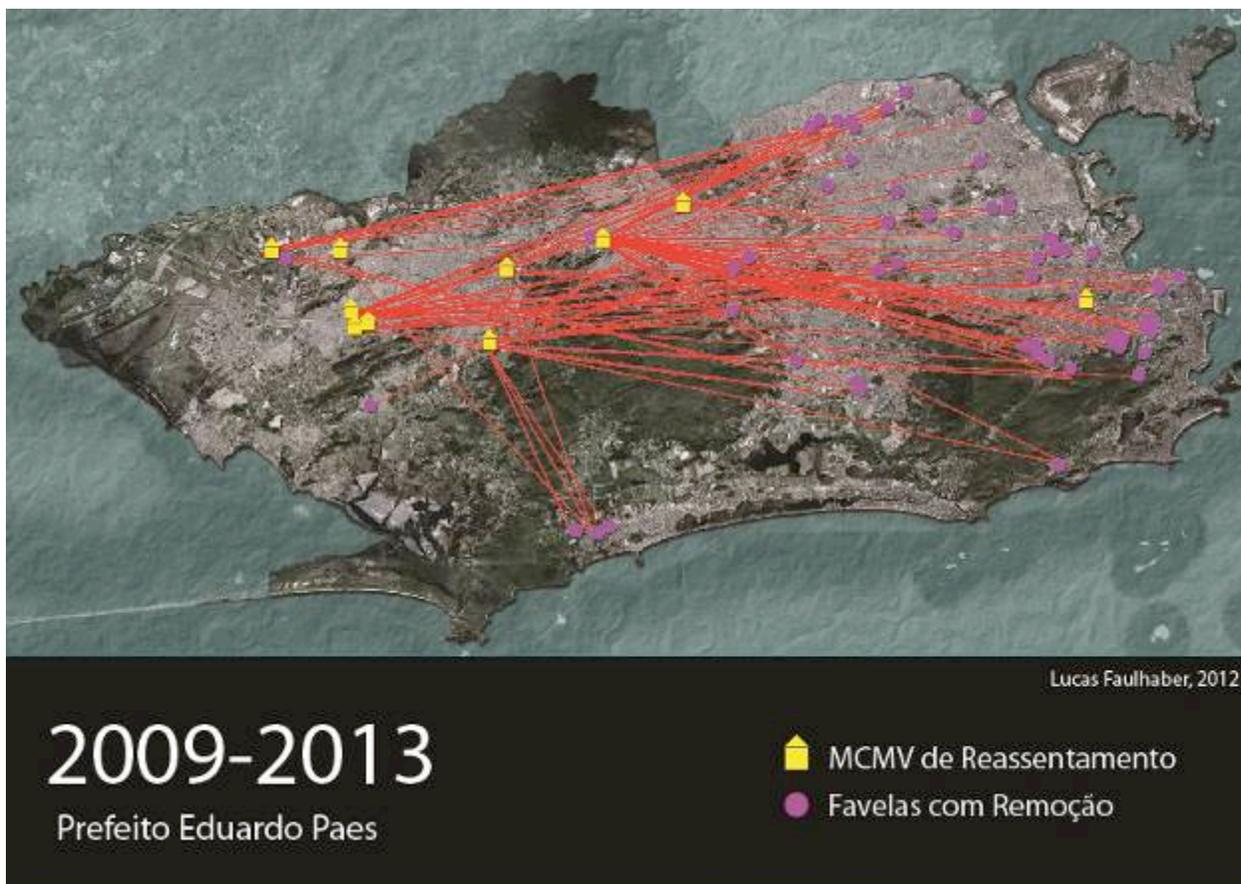
³ Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro

⁴ “A covardia de César Maia”: texto produzido pelo Movimento Nacional de Direitos Humanos

Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Dessa forma é possível, além de expulsar os pobres das favelas, ainda empreender um processo de rápida valorização dos terrenos, principalmente os próximos aos equipamentos esportivos, corredores viários e Unidades de Polícia Pacificadora, que aos poucos “empurra” as classes baixas e médias em direção às periferias mais distantes.

A quase totalidade dos empreendimentos do Minha Casa Minha Vida no Rio de Janeiro e na faixa de renda onde se encontra 90% do déficit, ou seja, até 3 salários mínimos, são construídos nas periferias mais distantes, em especial em Campo Grande e Santa Cruz. A estratégia é a mesma, promove-se a segregação, garantindo ao mesmo tempo as condições para a reprodução da força de trabalho e dessa forma abrem-se grandes corredores de valorização, expandindo os territórios de investimentos do mercado imobiliário.

Esse processo de segregação que é justificado pela melhoria das condições das habitações da classe trabalhadora, extinção de situações de risco, por meios legais que tornam vulneráveis os que não têm a situação regular da terra, ou mesmo por interesse social, que é o caso de construção de vias ou equipamentos públicos, é em muitos casos violador dos direitos humanos e fraudulento no que diz respeito aos pareceres técnicos e soluções de projeto e gera ao mesmo tempo para os desfavorecidos um aprofundamento das desigualdades sociais e de acesso à equipamentos que deveriam ser públicos, mas favorecem a apenas parte da sociedade no ato do direcionamento dos recursos públicos.



Centro econômico e financeiro: a negação da função residencial

Desde as primeiras iniciativas para a expansão da cidade do Rio de Janeiro, observamos um constante êxodo para fora do centro a princípio da população rica que prefere o clima ameno das praias do sul ao já congestionado Centro, com suas ruas estreitas e alta densidade de construções. A partir da gestão de Pereira Passos o Estado passa a não somente permitir saída da população rica através de investimentos em infraestrutura, mas também passa a combater a habitação pobre no Centro, tornando os eixos ferroviários o vetor de expansão da classe trabalhadora. Esse é o momento da história em que o Centro passa a ter o crescimento populacional negativo que perdura até o início de século XXI. As intervenções do então governador do estado da Guanabara, Carlos Lacerda causam um impacto na população do Centro mais profundo inclusive que as intervenções posteriores, a população do Centro cai quase para a metade. Na década de 30 a lei do inquilinato congela os aluguéis tornando pouco rentável a

locação de imóveis e pela diminuição da oferta mantém a expulsão dos pobres do Centro. A lei perdura até o golpe militar de 1964. É nesse contexto que o direcionamento funcionalista e tecnocrata da ditadura militar passa a assumir de fato os centros como áreas exclusivas de negócios e funções administrativas. Sobre a construção dos Centros capitalistas Lefebvre registra que:

A noção e a imagem do centro comercial datam de fato da Idade Média. Corresponde à pequena e média cidade medieval. Mas hoje o valor de troca prevalece a tal ponto sobre o valor de uso que quase suprime este último. Esta noção, portanto, não tem nada de original. A criação que corresponde a nossa época, a suas tendências, ao seu horizonte (ameaçador) não seria o centro de decisões? Este centro que reúne a formação e a informação, as capacidades de organização e de decisões institucionais, surge como projeto, em vias de realização, de uma nova centralidade, a do poder. Convém prestar a esse conceito, à prática que ele denota e justifica, a maior atenção. (LEFEBVRE, 2001: 13)

No Rio de Janeiro foi promulgado o Decreto nº 322 de 3 de março de 1976, onde o Estado passa a não mais tolerar a construção de habitação no Centro do Rio e na zona portuária, excetuando o limite desse Centro, na região da Cruz Vermelha onde a habitação é tolerada porém tida como inadequada, se trata da Área Central 1 (AC-1).

Entre os censos de 1970 e 2000 o Centro apresenta um decréscimo de 23% e a zona portuária de 33% nas populações residentes, enquanto o Rio de Janeiro apresenta um crescimento demográfico de quase 40% no mesmo período. É curioso observar o notável crescimento populacional do centro no período de 1960 a 1970 o único crescimento pós Pereira Passos, talvez justificado pelo período entre a revogação da lei do inquilinato e a promulgação do decreto que proíbe a função habitacional no Centro. De qualquer forma mostra o quão grande é a demanda por habitação no Centro. É fácil observar o sucesso de vendas de qualquer empreendimento residencial de classe média nessa área e como após a aceitação da função residencial como uso adequado na área central ou RA I e II, através da Lei nº 2.236 de 14 de outubro de 1994, já se nota novamente o crescimento da população entre os censos de 2000 e 2010.

A política de esvaziamento do Centro não é apenas fruto da ideologia funcionalista da cidade moderna, mas passa a ter grande importância para o mercado de terras. Por mais que a construção do Centro de negócios seja uma realidade e a procura pelas empresas inegável, é notável a quantidade gigantesca de terras que não foram ocupadas pelas empresas.

Tal forma de proceder significa que a produção de uma nova centralidade enobrecida decreta a morte de sua antecessora e conseqüentemente a expulsão das atividades e territórios populares que ocupam estes lugares pressionando a precarização da cidade. (NACIF, 2007:86)

Dessa forma o mercado de imobiliário não se limita ao aumento populacional ou à falta de habitação. É possível gerar mercado através do abandono de áreas estabelecidas e expandir cada vez mais as fronteiras imobiliárias. Fica como consequência o rastro de estruturas abandonadas ou subutilizadas e ao mesmo tempo uma enorme descontinuidade do tecido urbano. Hoje os grandes vetores de expansão são Barra da Tijuca e Jacarepaguá para a classe média e Santa Cruz e Campo Grande para os pobres.

Ao longo do século XX, manter uma situação de vacância urbana em área valorizada passa a ser tão, ou mais, rentável, do ponto de vista do mercado de terras urbanas, quanto ocupá-la ou reutilizá-la. Com a valorização do solo urbano, as situações de vazio urbano passam a ser produzidas, reproduzidas e mantidas. Elas passam a ser orientadas pela lógica de retenção especulativa do solo urbano. [...] a retenção especulativa, isto é, a manutenção da vacância do solo urbano na expectativa que o seu valor aumente no futuro, atua como causa e consequência das situações de vazio urbano nas grandes cidades. Mesmo que ela não seja a motivação inicial para a criação de vazios urbanos ela é, ainda, um dos principais desdobramentos. (BORDE, 2006: 27)

Na administração do prefeito Eduardo Paes, já é possível notar o retorno das classes abastadas ao Centro do Rio de Janeiro. Agora que os pobres já foram expulsos a área pode ser reabitada. O Estado passa a direcionar grande parte dos investimentos para a região beneficiando os especuladores dessas terras. É necessário apontar o Estado como um verdadeiro agente especulador a serviço do capital. A zona portuária com uma infinidade de terras públicas oriundas em especial da Companhia das Docas, da Rede Ferroviária Federal e da união e local de tradicional ocupação residencial da classe trabalhadora, passa a receber investimentos para a instalação de empresas, trata-se do vetor de expansão do centro econômico e financeiro localizado hoje principalmente na Avenida Rio Branco. Logo se inicia um processo violento de remoção na área. Com uma demanda habitacional tão intensa para a área e um número tão significativo de terras públicas, é no mínimo contraditória a impossibilidade do público se apropriar do que é público em função do que pode-se considerar um assalto às terras públicas do Rio de Janeiro.

Reflexões finais

O espaço urbano é palco de constante conflito resultante da dicotomia entre as classes. Esses conflitos são mediados pela classe dominante, que detém o controle das instituições, inclusive através do Estado e da polícia detém o monopólio do uso legítimo da violência. “No entanto, ocorrem períodos excepcionais - quando classes antagônicas quase se igualam em forças - em que o poder do Estado, como aparente mediador, adquire, naquele momento certa independência em relação a ambas as classes.” (ENGELS, 1941 apud HARVEY, 2005: 79 e 80).

As ações do Estado na produção do espaço urbano carioca, se vistas de forma separada, aparentam uma desordem e completa desconexão; porém é evidente a forma como as remoções, a produção habitacional e os investimentos em infraestrutura de forma articulada, em diversos momentos da história, orientam a ocupação do solo pelas classes; em especial nos mandatos do Eduardo Paes, onde os governos municipal, estadual e federal se encontram alinhados politicamente. Enquanto há grande número de remoções nas áreas próximas ao Centro e nas margens dos BRTs, surgem como legitimadores dessa política o PMCMV e os mesmos BRTs causadores da maioria das remoções. É feita a remoção em áreas centrais e infra estruturadas, negando aos trabalhadores a própria cidade, enquanto isso promove-se a construção dos itens necessários para a continuidade da sua exploração: transporte e habitação.

As remoções forçadas não são apenas uma grave violação dos direitos humanos no sentido jurídico; significa o roubo de territórios privilegiados da habitação da classe trabalhadora, a destruição de formas de vida estabelecidas, o avanço da dominação de classe.

Bibliografia

- Abreu, M. 2010. *A Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria de Desenvolvimento, Instituto Pereira Passos/IPP.
- Castells, M. 1983. *A Questão Urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro. (2012). *Megaeventos e violações dos direitos humanos no Rio de Janeiro*.

- Faulhaber, L. 2012. *Rio Maravilha: práticas, projetos políticos e intervenção no território no início do século XXI*. Niterói.
- Harvey, D. 2005. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume.
- L. P. Borde, A. 2006. *Vazios Urbanos: Perspectivas Contemporâneas*. Rio de Janeiro: PROURB.
- Lefevre, H. 2001. *O Direito a Cidade*. São Paulo: Centauro.
- Maricato, E. s.d.. *A Terra é um Nó na Sociedade Brasileira... Também Na Cidade*.
- Monteiro, M. 2003. Fantasma Exorcizado.
- Movimento Nacional de Direitos Humanos. s.d.. A Covardia de César Maia.
http://www.mndh.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=58.
- Nacif, C. 2007. *Legislação Urbana, Política, Conflitos e Implicações espaciais na Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ.
- Proserpi Meyer, R. M. 1978. A Luta Pelo Espaço: Textos de Sociologia Urbana. Em E. Alterman Blay, *A Luta Pelo Espaço* (pp. 151-167). Petrópolis: Vozes.
- Rolnik, R., Cymbalista, R., & Nakano, K. s.d.. *Solo Urbano e Habitação de Interesse Social: A Questão Fundiária na Política Habitacional e Urbana do País*. São Paulo.
- Soja, E. W. 1993. *Geografias Pós Modernas: A Reafirmação do Espaço na Teoria Social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.